Demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. em 31 de março de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Operações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 1 e 12 (b) às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relacão a esse assunto.



Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 3 de junho de 2016, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers/ Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Maurício Cardoso de Moraes

Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice Balanço patrimonial Demonstração do resultado Demonstração do resultado abrangente Demonstração das mutações do patrimônio líquido Demonstração dos fluxos de caixa Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras: Base de mensuração......9 Principais políticas contábeis 9 Estoques 17 Outros ativos _________20 Fornecedores 23 Empréstimos e financiamentos 23 Provisões para riscos trabalhistas _______25 Despesas financeiras 28 Compromissos 35

Balanço patrimonial em 31 de março Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.426	10.453	Fornecedores	17	30.354	14.501
Contas a receber de clientes	8	3.956	2.424	Empréstimos e financiamentos	18	53.912	53.271
Estoques	9	21.446	8.867	Impostos e contribuições a recolher	19	3.488	3.254
Ativo Biológico	10	36.842		Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	1.066	11
Adiantamentos a fornecedores	11	6.900	41.108	Salários e férias a pagar		4.190	1.831
Impostos a recuperar	13	10.226	8.904	Adiantamentos de clientes	21	9.496	4.176
Instrumentos financeiros derivativos	31	110		Instrumentos financeiros derivativos	31		4.388
Outros ativos	15	3.826	5.868	Outros passivos		69	377
Total do ativo circulante		90.732	77.624	Total do passivo circulante		102.575	81.809
Realizável a longo prazo							
Depósitos judiciais e outros		664	711	Fornecedores	17	14.512	
Impostos a recuperar	13	219	278	Empréstimos e financiamentos	18	63.719	63.910
				Impostos e contribuições a recolher	19	1.453	864
		883	989	Tributos diferidos	14	20.884	27.260
				Provisão para contingências	20	141	141
Imobilizado	16	159.896	160.206				
				Total do passivo não circulante		100.709	92.175
Total do ativo não circulante		160.779	161.195				
				Total do passivo		203.284	173.984
				Patrimônio líquido	22		
				Capital social		5.187	7.500
				Reserva legal		113	113
				Ajuste de avaliação patrimonial		50.993	67.579
				Prejuízos acumulados		(8.066)	(10.357)
				Total do patrimônio líquido		48.227	64.835
Total do ativo		251.511	238.819	Total do passivo e patrimônio líquido		251.511	238.819

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
Receita líquida	23	164.474	159,251
Custos dos produtos vendidos	24	(139.885)	(126.524)
Lucro bruto		24.589	32.727
Despesas de vendas	25	(6.183)	(6.065)
Despesas administrativas e gerais	25	(12.278)	(8.696)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	2.202	3.600
Lucro antes do resultado financeiro		8.330	21.566
Receitas financeiras	27	2.663	7.857
Despesas financeiras	28	(15.176)	(25.544)
Variação cambial líquida	29	6.356	(8.016)
		(6.157)	(25.703)
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da			
contribuição social		2.173	(4.137)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(2.213)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(636)	1.055
Prejuízo líquido do exercício		(676)	(3.082)
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais (R\$)		(0,13)	(0,41)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(676)	(3.082)
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	
Resultado abrangente do exercício	(676)	(3.082)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março 2015	7.500	113	69.609	(9.305)	67.917
Realização de ajuste de avaliação patrimonial			(2.030)	2.030	
Prejuízo do exercício				(3.082)	(3.082)
Saldos em 31 de março de 2016	7.500	113	67.579	(10.357)	64.835
Realização de ajuste de avaliação patrimonial			(2.967)	2.967	
Baixa por cisão parcial (Nota 16 (d))	(2.313)		(13.619)		(15.932)
Prejuízo do exercício	<u> </u>			(676)	(676)
Saldos em 31 de março de 2017	5.187	113	50.993	(8.066)	48.227

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Prejuízo do exercício	(676)	(2.699)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas	(/	(,
pelas atividades operacionais		
Depreciação:	6.340	6.802
Resultado na alienação de imobilizado	1.346	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	636	(1.438)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.498)	(11.632)
Juros e variações cambiais	7.473	20.706
Constituição de provisão para de créditos de liquidação duvidosa		225
	11.297	14.623
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.532)	(2.424)
Estoques	(12.579)	4.303
Adiantamentos a fornecedores	34.208	(6.531)
Impostos a recuperar	(1.208)	(3.109)
Outros créditos	5.086	(2.442)
Depósitos judiciais e outros	47	(60)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(34.678)	9.850
Impostos e contribuições a recolher e outros	3.038	(92)
Salários e férias a pagar	2.359	625
Adiantamentos de clientes	5.320	1.633
	61	1.754
Juros pagos	(13.532)	(12.554)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.158)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicafdo nas) atividades operacionais	(4.008)	1.123
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado	(11.588)	(1.088)
Valor recebido na venda de imobilizado	1.333	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10.255)	(1.088)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	56.300	50.317
Empréstimos e financiamentos pagos	(44.757)	(55.357)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	11.236	(5.040)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(3.027)	(5.005)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.453	15.458
No fim do exercício	7.426	10.453
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(3.027)	(5.005)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. ("Companhia") tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem como atividade preponderante à fabricação e o comércio de açúcar e etanol, além de exercer atividades agrícolas relacionadas à exploração de cana-de-açúcar, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa.

A Companhia vem realizando investimentos em logística e gestão aliados a melhorias em seus processos de fabricação. Na safra 2016/2017, o *mix* industrial foi de 53,9% (2015/2016 – 49,9%) para a produção de açúcar e 46,1% (2015/2016 – 50,1%) à produção de etanol.

Para o exercício findo em 31 de março de 2017, 62% da cana-de-açúcar foi adquirida da parte relacionada Condomínio Renata Sodré Viana Egreja Junqueira. Em ambos os exercícios a Companhia praticou preços que usa como referência a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-De-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

Segundo o plano para a safra 2017/2018, a moagem da Companhia deve atingir 1.650 mil toneladas de cana-de-açúcar, sendo que 1.000 mil toneladas são cultivadas em áreas próprias e de parceria, pela Companhia que adquiriu toda a soqueira fundada pela parte relacionada Condomínio Renata Sodré Viana Egreja Junqueira (Nota 10), onde 100% do plantio e da colheita são mecanizáveis e a capacidade do corte, transbordo e transporte é de 300 ton./h, com um raio médio de 15,20 quilômetros.

Tomando-se por base o rendimento e eficiência industrial orçados no plano de safra, a Companhia deve produzir, aproximadamente 109 mil toneladas de açúcar e 54 mil m³ de etanol na safra 2017/2018 (informação não auditada).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 23 de junho de 2017.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre incertezas em relação a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa no 16 Imobilizado;
- Nota explicativa nº 14 Mensuração do imposto de renda e da contribuição social; e
- Nota explicativa nº 20 Provisão para riscos trabalhistas.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1**: precos cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 30 - Instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais, os quais foram mensurados pelo valor justo:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

A Companhia optou pela avaliação dos bens do ativo imobilizado pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Os custos dos bens do ativo imobilizado incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas operacionais no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais ponderadas estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	% ao ano
Terrenos e edificações	0,13%
Máquinas equipamentos e acessórios	9,86%
Veículos	8,33%
Máquinas e implementos agrícolas	9,68%
Móv eis e utensílios	8,23%
Benfeitorias	1,92%
Computadores e periféricos	26,87%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados na rubrica de estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte.

h. Ativos Biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas como alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, produtividade, qualidade, taxa de desconto, etc., divulgados na Nota 11. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting).

(v) Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

j. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais:
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudancas negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	3.924	172
Aplicações financeiras	3.501	10.281
	7.426	10.453

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 75% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota 30.

8 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Contas a receber de clientes (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.281 (325)	2.749 (325)
	3.956	2.424

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na Nota 30.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	2017_	2016
Créditos a vencer	4.217	2347
Créditos em atraso até 30 dias	2	
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	33	
Créditos em atraso mais que 180 dias	29	402
	4.281	2.749

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Estoques

	2017	2016
Produtos acabados:		
Açúcar	3.091	2.323
Etanol	2.313	1.415
Almoxarifado	4.623	1.331
Gastos da entressafra	11.419	3.798
	21.446	8.867

10 Ativos Biológicos

Em 31 de março de 2017 a Companhia adquiriu da acionista Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, a lavoura de cana de açúcar fundada, correspondente à área de 12.643 hectares em diversos estágios vegetativos, valorizada e paga de acordo com contrato celebrado entre as partes pelo valor de R\$ 65.043. Desse montante, foi destacado o canavial disponível para colheita na safra 2017/2018 com estimativa de produtividade média de 79,40 TCH (Toneladas de cana de açúcar por hectare) sendo valorizado ao valor justo de R\$ 36.842. Esse montante foi classificado no ativo circulante conforme previsão do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

O saldo remanescente da aquisição no montante de R\$ 28.202 correspondente ao custo atribuído da soqueira, está classificados no ativo imobilizado como lavoura de cana de açúcar (Nota 16).

11 Adiantamentos a fornecedores

	<u>2017</u>	2016
Adiantamentos de cana - terceiros	6.825	7.531
Adiantamentos de materiais	75	755
Adiantamentos de cana - partes relacionadas (Nota 12)		32.822
	6.900	41.108

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2017/2018.

12 Partes relacionadas

a. Remuneração da alta administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria. O valor pago aos diretores no exercício a título de remuneração foi de R\$ 294 (R\$ 173 em 2016). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas no curso normal das operações da Companhia, e são conforme demonstrados a seguir:

Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)				2017		2016
Ativo circulante Adiantamento a fornecedor de cana (i) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 32.822 Passivo circulante Juros sobre capital próprio a pagar Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518			•	•	•	•
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 32.822 Passivo circulante Juros sobre capital próprio a pagar Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518						•
Passivo circulante Juros sobre capital próprio a pagar Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)					_	
Juros sobre capital próprio a pagar Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista			32.822	
Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	Passivo circulante					
Leonor de Abreu Sodré Egreja Acionista 70 375 Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 70 377 Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	Juros sobre capital próprio a pagar					
Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)		Acionista	70		375	
Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista			2	
Aquisição atividade agrícola (iv) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)						
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)			70		377	
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista (21.768) Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	A muining a atimida da a muínala (im)					
Operações Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)		Acionista	(21.768)			
Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	Tanutu Soure (Tuna 281 eja o anquena	11010111011	(211/00)			
Receita de arrendamento de terras (ii) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)						
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Acionista 2.929 5.430 2.518 Compra de cana de açúcar (iii)	Operações					
Compra de cana de açúcar (iii)						
•	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista		2.929	5.430	2.518
•	Compra de cana de acúcar (iii)					
	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista		(53.958)		(35.340)

(i) Adiantamento a fornecedor de cana

Refere-se a saldos de adiantamentos efetuados pela Companhia para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2016/2017.

(ii) Arrendamento de terras

Refere-se às terras de propriedade da Companhia que estão arrendadas à acionista para a exploração agrícola e cultivo de cana-de-açúcar conforme determinado em contrato.

(iii) Compra de cana de açúcar

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

(iv) Fornecedor

Refere-se ao saldo da aquisição da atividade de cultivo de cana de açúcar. Na operação foram adquiridas a soqueira, classificada no ativo imobilizado (Nota 16), e a cana de açúcar em pé, classificada como ativo biológico (Nota 10).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Impostos a recuperar

	2017	2016
ICMS s/ ativ o im obilizado	307	366
IRRF	2.118	1.805
COFINS	5.449	5.001
PIS	1.194	1.061
IPI	299	310
Reintegra	1.078	639
	10.445	9.182
Ativocirculante	(10.226)	(8.904)
Ativonão circulante	219	278

14 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

			2017		2016
	Saldo	Cisão	Resultado	Saldo	Resultado
Ativo circulante					
IRPJ e CSLL a compensar				55	
Passivo circulante					
IRPJ e CSLL a pagar	(1.066)			(11)	
Tributos diferidos ativos constituídos sobre:					
Instrumentos financeiros derivativos			(1.492)	1.492	(3.955)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111		(1.492)	111	77
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.714		(265)	9.980	4.272
Provisão para contingências	48		(203)	48	4.2/2
	9.873		(1.757)	11.631	394
Tributos diferidos passivos constituídos sobre:					
Instrumentos financeiros derivativos	(37)		(37)		
Imobilizado - Custo atribuído	(26.270)	7.016	1.528	(34.813)	1.044
Imobilizado - Diferença de taxa de depreciação	(4.448)		(370)	(4.078)	(383)
	(30.756)	7.016	1.121	(38.891)	661
Tributos diferidos líquidos apresentado no passivo não circulante:	(20.884)	7.016	(636)	(27.260)	1.055

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.173	(4.137)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(739)	1.407
Adições permanentes	(2.110)	(352)
	(2.849)	1.055
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.213)	
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(636)	1.055
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	(2.849)	1.055
15 Outros ativos		
	2017	2016
Arrendamento de terras - Acionista (Nota 12)		5.430
Valores a receber sobre a venda de imobilizado	3.098	
Outros	728	438
	3.826	5.868

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos _	Aviões	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Lavouras de cana-de- açúcar	Total
Em 1°. de abril de 2015	81.386	52.780	24.528	7.944	2.409	1.603	995	185	277		172.107
Adições		632		660			2.358	39	12		3.701
Baixas		(8.682)		(104)			(11)	(2)			(8.799)
Depreciação	(64)	(3.860)	(1.628)	(856)	(153)	(181)		(28)	(33)		(6.803)
Transferências	33	1.113	36_	28		272	(1.446)	(36)			
Em 31 de março de 2016	81.355	41.983	22.936	7.672	2.256	1.694	1.896	158	256		160.206
Adições		1.950	4.200	3.050			2.166	126	95	28.202	39.789
Cisão parcial de bens (Nota 16 (d))	(26.925)					(1.057)					(27.982)
Baixas		(1.837)	(1.118)	(630)	(2.192)						(5.777)
Depreciação	(72)	(3.454)	(1.561)	(946)	(64)	(164)		(45)	(34)		(6.340)
Em 31 de março de 2017	54.358	38.642	24.457	9.146		473	4.062	239	317	28.202	159.896
Saldo em 31 de março de 2016											
Custo total	83.144	82.169	30.967	15.887	3.079	2.388	1.896	353	496		220.379
Depreciação acumulada	(1.789)	(40.186)	(8.031)	(8.215)	(823)	(694)		(195)	(240)		(60.173)
Valor residual líquido	81.355	41.983	22.936	7.672	2.256	1.694	1.896	158	256		160.206
Saldo em 31 de março de 2017											
Custo total	56.154	83.633	31.708	17.637		1.119	4.062	479	592	28.202	223.586
Depreciação acumulada	(1.796)	(44.991)	(7.251)	(8.491)		(646)		(240)	(275)		(63.690)
Valor residual líquido	54.358	38.642	24.457	9.146		473	4.062	239	317	28.202	159.896
,										=	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Garantia

Em 31 de março de 2017, o montante de R\$ 31.783 do ativo imobilizado da Companhia que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Finame e capital de giro junto às instituições financeiras conforme mencionado na Nota 18.

Adicionalmente o montante de R\$ 46.924 do ativo imobilizado da Companhia, correspondente a veículos e propriedades foram objeto de sequestro judicial em decorrência de ação cautelar perante a Vara da Justiça Federal de Araçatuba, envolvendo ex-acionista da Companhia. Esta ação já foi julgada definitivamente pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Araçatuba, que entendeu pela extinção do feito sem julgamento de mérito e liberação de todos os bens que foram bloqueados, após o transito em julgado da decisão. A Procuradoria da Fazenda Nacional, sem ser parte do processo, apresentou recurso de Apelação, o que impossibilitou, naquele momento o desbloqueio e liberação dos bens.

Referido processo encontra-se no ainda no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, situado em São Paulo, com a apresentação de Recurso Especial pela UNIÃO, mantendo, por ora, a indisponibilidade de alguns dos bens da Companhia. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, as possibilidades desse recurso especial ser admitido são mínimas e, se admitido seu provimento, também é muito improvável para reformar a decisão no sentido de manter o sequestro dos bens.

d. Cisão parcial e seletiva do patrimônio líquido

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2017, foi aprovada a cisão parcial e seletiva do patrimônio líquido da Companhia composta de ativos (bens imóveis) e passivos (passivos bancários e fiscais diferidos), com base em laudo de avaliação a valor contábil datado de 2 de janeiro de 2017 emitido por peritos avaliadores independentes, com a incorporação do acervo líquido cindido pela empresa Aliança Agropecuária Ltda. ("Aliança"). O objetivo da operação foi promover uma reestruturação dos ativos e passivos entre a Companhia e a Aliança, visando uma melhor gestão de suas operações e otimização da estrutura societária e administrativa. O acervo líquido cindido foi de:

Ativo	
Não circulante	
Imobilizado	27.982
Total do ativo	27.982
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(5.034)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.016)
Patrimônio líquido	
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.619)
Total do passivo e patrimônio líquido	(25.669)
Acervo líquido cindido	2.313

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2017 e 2016 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável.

17 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores diversos	13.925	3.825
Aquisição atividade agrícola (i)	21.768	
Fornecedores de cana	9.173	10.676
Total	44.866	14.501
Passiv o cirdulante	(30.354)	(14.501)
Passiv o não circulante	14.512	

(i) Refere-se a compra de lavoura mencionada na Nota 10. Esse valor será pago pela Companhia no prazo de três anos pelo valor original, sem a incidência de juros e correção monetária.

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota 31.

18 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota 30 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2017	2016
Moeda nacional:		
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 3% a.a.	6.841	69.040
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	43.536	
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a	14.007	
FINAME - Juros pré-fixados de 2,5% a 12,5% a.a e variação da TJLP	10.993	13.532
	75.378	82.572
Moeda estrangeira: Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	0.7.4	04600
Pré Pagamento de Exportação - PPE - 105% CDI + 8,35% a 9,5 % a.a	974	34.609
11e 1agamento de Exportação - 11 E - 105 % CD1 + 0,35 % a 9,5 % a.a	41.279	
	42.253	34.609
Total	117.631	117.181
Passiv o circulante	(53.912)	(53.271)
Passiv o não circulante	63.719	63.910

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	2017	2016
01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018		23.356
01 de abril de 2018 a 31 de março de 2019	38.167	19.363
01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020	23.451	18.861
01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021	2.081	2.203
01 de abril de 2021 a 31 de março de 2022	20	127
	63.719	63.910

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados (Nota 16), notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

A Companhia possui ainda as seguintes obrigações contratuais decorrentes dos financiamentos acima:

- Índice de liquidez geral (Total ativos sobre total de passivos) > 0,70 e > 1,00
- Dívida líquida sobre EBTIDA < 3,00
- Ativo circulante sobre passivo circulante > 1

A Companhia não cumpriu algumas dessas obrigações contratuais relacionadas à manutenção de certos indicadores, sendo que a Companhia renegociou as condições determinadas em contrato (Waiver) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes nessas demonstrações financeiras.

19 Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
ICMS - parcelamento INSS - parcelamento	2.151	2.437 11
INSS	522	
ICMS	476	627
IRRF	33	22
COFINS	469	350
PIS	102	76
PIS/COFINS/CSLL	25	15
IPI (Glosa Créd. Presumido)	1.150	577
Outros	13	3
Total	4.941	4.118
Passiv o circulante	(3.488)	(3.254)
Passiv o não circulante	1.453	864

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Provisões para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental no montante de R\$ 141 (R\$ 141 em 2016), considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos.

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 789. Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

21 Adiantamentos de clientes

	2017	2016
Adiantamento de clientes	9.496	4.176

Refere-se a adiantamentos recebidos pela Companhia para futura entrega de álcool e açúcar na safra 2017/2018 (2016 – safra 2016/2017). Os compromissos assumidos pela Companhia estão detalhados na Nota 31.

22 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social está representado por 5.187.075 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	-	2017		2016
	Ações	<u>%</u>	Ações	<u>%</u>
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira Laax Empreendimento e Participações Ltda.	3.890.306 1.296.769	75 25	5.625.000 1.875.000	75 25
	5.187.075	100	7.500.000	100

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1º de abril de 2016, a ex acionista Leonor de Abreu Sodré Egreja transferiu suas ações para Laax Empreendimentos e Participações Ltda conforme Ata de Asembléia Geral Extraordinária arquivada na JUCESP em 14 de Abril de 2016.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações em tesouraria.

Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Cisão parcial e seletiva do patrimônio líquido

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2017, foi aprovada a cisão parcial e seletiva do patrimônio líquido da Companhia, com a redução do capital social em R\$ 2.313, conforme. Nota 16(d)

23 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo:

	2017	2016
Receitas operacionais:		
Açúcar	84.707	71.834
Etanol	87.572	96.366
Outras	631	982
Total da receita bruta	172.909	169.182
(-) Impostos sobre vendas	(8.435)	(9.931)
Total da receita líquida	164.474	159.251

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Custo dos produtos ven	didos por natureza
---------------------------	--------------------

	2017	2016
Matéria prima fornecedores e própria	100.317	81.681
Mão de obra	9.944	6.861
Gastos com manutenção de entressafra	4.968	8.814
Depreciação	6.088	6.420
Combustíveis e insumos	8.187	9.402
Outros custos	10.382	13.346
	139.885	126.524
5 Despesas operacionais por natureza		
5 Despesas operacionais por natureza	2017	2016
5 Despesas operacionais por natureza	2017	2016
5 Despesas operacionais por natureza Despesa com pessoal	2017	2016 2.186
	<u> </u>	
Despesa com pessoal Fretes, transbordos e armazenagem Serviços prestados	2.297	2.186
Despesa com pessoal Fretes, transbordos e armazenagem	2.297 5.477	2.186 5·339
Despesa com pessoal Fretes, transbordos e armazenagem Serviços prestados	2.297 5.477 6.013	2.186 5.339 3.606
Despesa com pessoal Fretes, transbordos e armazenagem Serviços prestados	2.297 5.477 6.013 4.675	2.186 5.339 3.606 3.630
Despesa com pessoal Fretes, transbordos e armazenagem Serviços prestados Outras despesas	2.297 5.477 6.013 4.675	2.186 5.339 3.606 3.630

26 Outras receitas operacionais líquidas

	2017	2016
Aluguéis e arrendamentos	2.929	3.320
Resultado na venda de imobilizado	(1.346)	40
Outras	619	240
	2.202	3.600

18.461 14.761

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Receitas financeiras

	2017	2016
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.586	6.571
Rendimentos com aplicações financeiras	566	942
Descontos obtidos	143	118
Juros demais operações e descontos financeiros	368	226
	2.663	7.857

28 Despesas financeiras

	2017	2016
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		12.539
Juros apropriados sobre financiamentos	13.867	11.754
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.060	976
Descontos concedidos	8	18
Juros demais operações	241	257
	15.176	25.544

29 Variação cambial líquida

		2010
Variação cambial ativa Variação cambial passiva	15.763 (9.407)	396 (8.412)
Variação cambial líquida	6.356	(8.016)

0015

0016

30 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de março de 2017				
		Designados ao valor	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos	Total
	Ativos financeiros mensurados ao valor justo Aplicações financeiras	3.501			3.501
	Total	3.501			3.501
	Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos Contas a receber de clientes Outros créditos		3.924 3.956 3.826		3.924 3.956 3.826
	Total		11.706		11.706
	Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos			117.631	117.631
	Total			117.631	117.631
	Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Fornecedores de cana e diversos Adiantamento de clientes			44.866 <u>9.496</u>	44.866 9.496
	Total			54.362	54.362
(ii)	Em 31 de março de 2016				
		Designados ao valor	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos	Total
	Ativos financeiros mensurados ao valor justo Aplicações financeiras	_	_		
		<u>ao valor</u>	_		
	Aplicações financeiras	10.281	_		10.281
	Aplicações financeiras Total Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos Contas a receber de clientes	10.281	172 2.424		10.281 10.281 172 2.424
	Aplicações financeiras Total Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos Contas a receber de clientes Outros créditos	10.281	172 2.424 5.813		10.281 10.281 172 2.424 5.813
	Aplicações financeiras Total Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos Contas a receber de clientes Outros créditos Total Passivos financeiros mensurados ao valor justo	10.281	172 2.424 5.813	passivos	10.281 10.281 172 2.424 5.813 8.409
	Aplicações financeiras Total Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos Contas a receber de clientes Outros créditos Total Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos	10.281	172 2.424 5.813	117.181	10.281 10.281 172 2.424 5.813 8.409
	Aplicações financeiras Total Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos Contas a receber de clientes Outros créditos Total Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Total	10.281	172 2.424 5.813	117.181	10.281 10.281 172 2.424 5.813 8.409

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 2017 e 2016, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pela Companhia.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com companhias de *Trading*, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela sua administração, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Companhia. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue:

	Nota	2017	2016
Ativos			_
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.426	10.453
Contas a receber de clientes	8	3.956	2.424
Outros ativos	15	3.826	5.868
	_	15.208	18.745

Em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia possuía junto a instituições operações de empréstimos financiamentos (Nota 18) cujo saldo devedor, naquela data, era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Companhia possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

				31 de n	1arço de 2017
	Valor				Mais que 2
	contábil	Até 12 meses	1 ano	2 anos	anos
Fornecedores	44.866	30.354	7.256	7.256	
Empréstimos e financiamentos	129.812	55.709	42.587	29.810	1.706
Adiantamentos de clientes	9.496	9.496			
Total	184.174	95.559	49.843	37.066	1.706
		,,,,,,			

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

				31 de n	narço de 2016
	Valor				Mais que 2
	<u>contábil</u>	Até 12 meses	1 ano	2 anos	anos
Fornecedores	14.501	14.501			
Empréstimos e financiamentos	136.144	72.579	20.203	19.757	23.605
Adiantamentos de clientes	4.176	4.176			
Instrumentos financeiros derivativos	4.388	4.388			
Total	159.209	95.644	20.203	19.757	23.605

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos de curto prazo no montante de R\$ 11.843. A Administração da Companhia entende que esse montante não afeta a avaliação de liquidez da Companhia para o próximo exercício social, considerando a sua capacidade de geração de caixa operacional, bem como as linhas de crédito disponíveis e utilizadas no curso normal dos negócios da Companhia.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão da exposição cambial da Companhia consiste na análise do *Hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o *hedge* natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, mantidos pela Companhia estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que comtempla os contratos de exportação firmados para a proxima safra. No entanto, a avaliação da nessessidade da contratação de instrumentos de proteção paras exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao termino da próxima safra.

Análise de sensibilidade

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 12,5% e 25%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2017 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

		Alta		Baixa
In change on the Garage of the days does a High)	12,50%	25%	12,50%	25%
Instrumentos financeiros (indexados ao US\$) Empréstimos e financiamentos NDFs	(5.282) 2.028	(10.563) 4.056	5.282 (2.028)	10.563 (4.056)
	(3.254)	(6.508)	3.254	6.508

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Companhia possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade

A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data do balanço a Companhia possuia somente R\$325 a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a recebiveis.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da Companhia:

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (-) Caixa e equivalentes de caixa	(117.631) (7.426)	(117.181) (10.453)
(=) Dívida líquida (A)	(125.057)	(127.634)
Total do patrimônio líquido (B)	48.227	64.835
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	(2,59)	(1,97)

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em março de 2017 e 2016 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação	2017	2016	
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	774	(12.539)	
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodities	812	6.571	

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de *Swap* de dólar, *Swap* de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

31 Compromissos

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2018/2019. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume (toneladas)
2017/2018	92.000
2018/2019	70.000
2019/2020	70.000
2020/2021	70.000
Total	302.000

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA em 31 de março de 2017, podem ser assim determinados:

	Toneladas de cana-de- açúcar		
		Valor	
2017	668.246	43.561	
2018	816.121	52.807	
2019	800.776	51.924	
2020	760.267	49.555	
Total	3.045.410	197.847	

* * *